

ATA DE REUNIÃO

**1ª Reunião Ordinária da nova composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí – CBH JQ2**

Aos nove dias do mês de novembro de 2018, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí (CBH – JQ2), no Clube Florae, localizado no Município de Itamarandiba / MG. A Presidente do Comitê, Bruna de Souza Otoni proferiu a abertura da reunião agradecendo o comparecimento de todos os membros presentes. Em seguida, os Conselheiros, a pedido da Presidente, fizeram breve apresentação pessoal e dos segmentos por eles representados. Os representantes da COPASA e da Prefeitura Municipal de Itamarandiba destacaram a importância do Comitê como fórum de discussões, na formulação de políticas públicas e no auxílio aos municípios em ações visando o incremento para a produção de água na Bacia. Dando continuidade à Pauta foi realizada a leitura das Atas das reuniões ordinárias anteriores. Proferiu a leitura, da primeira Ata em discussão, o Conselheiro representante do CREA / MG. Colocada em discussão, foi aprovada com ressalva relativa à necessidade de correção dos nomes de alguns Conselheiros. Foi feita a leitura de uma segunda Ata de reunião, ocorrida em 10/10/2017. Proferiu a leitura a Conselheira Cléa Amorim. Colocada em discussão foi aprovada com a seguinte ressalva: A Conselheira Fabiana, representante da Prefeitura Municipal de Felício dos Santos, questionou a ausência de registro na Ata de alguns Conselheiros, sendo eles os representantes das Prefeituras Municipais de Felício dos Santos e José Gonçalves de Minas. Dando prosseguimento a Pauta, colocado o plenário aberto para manifestações, a Conselheira Cléa Amorim colocou em discussão o Programa Cultivando Água Boa no qual o Comitê demonstrou interesse na sua participação, porém, alertou que não houve iniciativas a fim de se efetivar tal participação. O Conselheiro representante da SEAPA destacou os ajustes no PPAG, mediante intervenção da ONG SOS Fanado, que culminou com a elevação do orçamento de R\$ 1.000.000,00 para R\$ 3.000.000,00 para aplicação, principalmente, em projetos de perenização de águas. Destacou ainda a importância do Comitê no incentivo a elaboração de Projetos visando a produção de estudos técnicos de viabilidade dos barramentos e, com isto, de forma preventiva, se evitar o desperdício de recursos. Adentando ao item 3 da Pauta, a Presidente informou quanto às demandas de fiscalização ambiental provocadas junto a SUPRAM, mais especificamente quanto à atuação da COPANOR e extração de areia no leito do Rio Araçuaí. Informou que a demanda oferecida a SUPRAM no ano de 2017 em relação a COPANOR já gerou resultados, tendo sido deflagradas ações de fiscalizações, no ano de 2018 junto aos empreendimentos sob responsabilidade da COPANOR, com os seguintes resultados registrados em Relatórios de Vitorias: dificuldades de acesso às equipes de fiscalização aos locais onde se localizam as estruturas/equipamentos de medições/monitoramento da qualidade da água do Rio Araçuaí; quanto às inconformidades constatadas na área urbana do município de Araçuaí, mais especificamente quanto à constatação de deficiências nos processos de tratamento de água e de efluentes, a equipe da SUPRAM produziu uma Notificação para fins de consubstanciar providencias administrativas. Neste contexto, a Presidente do Comitê proferiu os seguintes informes: esteve em reunião na Sede da COPANOR em Belo Horizonte com o objetivo de cobrar os necessários ajustes de atuação da Companhia; informou também que as ações junto a COPANOR em Araçuaí, culminaram com a implantação de um laboratório para análises para fins de monitoramento da qualidade das águas, com a expectativa que tal resultado venha se estender para todos os municípios

50 onde a COPANOR tem atuação; informou ainda que continuará atuando, no sentido de  
51 provocar o Ministério Público, além dos demais órgãos de controle, visando a  
52 continuidade das ações de fiscalizações na Bacia. Ações de fiscalizações na atividade de  
53 extração de areia: a equipe da SUPRAM, também motivada por denúncia do Comitê,  
54 fiscalizou uma draga de extração de ouro e areia no leito do Rio Araçuaí, com as seguintes  
55 constatações registradas em Auto de Fiscalização: a draga estava em operação munida de  
56 uma Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF, porém, em área diversa àquela a  
57 que se refere o Processo de Licenciamento (AAF e Outorga); verificou-se a deposição de  
58 areia na margem do rio, em Área de Preservação Permanente; não foi verificada a  
59 instalação de estruturas de mitigação de impactos ambientais, em especial quanto a  
60 implantação de bacia de contenção de rejeitos, ou seja, a atividade vistoriada não estava  
61 devidamente regularizada, tendo sido tomadas as medidas administrativas previstas no  
62 Decreto Estadual Nº 44.844/2008. A Conselheira Cléa relatou que após a ação de  
63 fiscalização pela SUPRAM houve a interrupção da atividade de extração com  
64 consequente melhoria na qualidade da água. Porém, a atividade logo foi retomada e,  
65 novamente se verificou o comprometimento da qualidade do recurso hídrico. Concluiu a  
66 Conselheira que a dinâmica das ações de fiscalização pelos órgãos de controle serão  
67 inócuas, enquanto não se desenvolverem de forma ordinária e sistemática. O próximo  
68 item de Pauta tratou da qualidade da água, a montante e a jusante da Barragem de Setúbal.  
69 Foi resgatado e dado conhecimento a todos, que o Comitê ofereceu denúncia da  
70 problemática ao Ministério Público que instaurou um Inquérito Civil para apuração dos  
71 reflexos da construção da barragem na qualidade das águas do Rio Setúbal. O Conselheiro  
72 representante da SEAPA demonstrou preocupação quanto aos desdobramentos das ações  
73 de fiscalização na oferta de areia para construção civil, em especial aquela desenvolvida  
74 por pequenos extratores, tendo em vista que desconhece sistemas de mitigação de  
75 impactos ambientais economicamente viável a eles, capazes de devolverem ou manterem  
76 a qualidade ambiental das águas do Rio Setúbal. O próximo item de Pauta tratou da  
77 proposta da logomarca do Comitê. Após algumas críticas e sugestões, a Conselheira  
78 representante da UFVJM se colocou à disposição para coordenar, em conjunto com  
79 alunos da Universidade, na elaboração de uma nova proposta para ser apresentada por  
80 ocasião da próxima reunião do Comitê e posterior deliberação pelo IGAM. No item de  
81 Pauta seguinte foi apresentado por servidor da COPASA, palestra sobre o Programa Pro  
82 Mananciais. Esclareceu o servidor que o Programa foi espelhado no Projeto Cultivando  
83 Água Boa, implantado pela Itaipú Binacional. Foi esclarecido, tendo em vista que o  
84 negócio da Empresa ser a geração de energia hidroelétrica, que o Projeto foi implantado  
85 segundo as seguintes premissas: A Empresa necessita de água em quantidade e qualidade;  
86 Para tanto precisa proteger os cursos d'água; Para tanto depende da manutenção da  
87 qualidade ambiental das áreas de recarga hídrica mediante a sensibilização dos atores  
88 envolvidos neste objetivo, quais sejam, as Prefeituras Municipais, os Produtores Rurais e  
89 as demais Empresas. Esclareceu que o Programa Pro Mananciais foi implantado pela  
90 COPASA de Diamantina em dez municípios, com priorização de ações a montante das  
91 estruturas de captação de água pela COPASA. Informou que tais ações procuram  
92 promover uma gestão sistemática, que implica em ampla participação comunitária, em  
93 especial pelas populações ribeirinhas. Tem como objetivo geral proteger e recuperar as  
94 micro bacias, mediante: educação ambiental e mobilização. Esclareceu ainda que os  
95 critérios de escolha dos mananciais para implantação do Programa são: escassez hídrica,  
96 população abastecida, presença de iniciativas de recuperação já implantadas, condição da  
97 qualidade da água a ser captada, situação geral de conservação da micro bacia, dentre  
98 outros critérios. Também compõe o escopo do Programa as chamadas “Colmeias”, que  
99 são núcleos formados por participantes comunitários que atuam diretamente na

100 implantação do Projeto, mediante: participação em oficinas, disseminação das premissas  
101 do “Pacto das Águas”. A fim de alcançar seu objetivo, o Programa trabalha com um  
102 “cardápio” de ações, tais como: treinamentos, cercamentos de nascentes, recomposição  
103 de áreas de recarga, adequação de estradas, instalação de fossas, cisternas e bacias de  
104 contenção de águas pluviais (barraginhas), dentre outras. O servidor finalizou sua  
105 apresentação informando os resultados do Programa no ano de 2018, que alcançou o  
106 cercamento de 17.000 metros ao redor de nascentes, além do plantio de 13.500 mudas de  
107 espécies nativas diversas. O Conselheiro representante titular do CAV tomou a palavra  
108 manifestando que não basta criar Programas e Projetos, mas sim, e mais do que isto, cabe  
109 ao Comitê estimular a cultura da adoção dos “saberes populares”, de se replicar no  
110 território iniciativas exitórias já implantadas, além do estímulo à integração entre os entes  
111 para efetivamente alcançarmos o objetivo primordial da sustentabilidade e da melhoria  
112 ambiental e social do território. A Conselheira representante titular da Prefeitura  
113 Municipal de Felício dos Santos reforçou as ponderações do representante do CAV, no  
114 sentido que seja pauta ordinária do Comitê a integração das ações individuais em prol do  
115 meio ambiente desenvolvida pelos diversos segmentos que compõem o Comitê. O  
116 Conselheiro representante da Prefeitura Municipal de Itamarandiba tomou a palavra,  
117 momento no qual denunciou a ocorrência de atividades degradadoras do Rio  
118 Itamarandiba, mediante sua drenagem para fins de implantação de áreas para agricultura,  
119 com reflexos de curto prazo na recarga hídrica, na manutenção da qualidade e quantidade  
120 de água nos mananciais de abastecimento e da própria sobrevivência do Rio Itamarandiba.  
121 Aproveitou o relato para fazer uma veemente crítica e apelo ao servidor da COPASA, no  
122 sentido de incluir o município no Programa Pro Mananciais. Em seguida tomou a palavra  
123 o Conselheiro representante do CREA, ponderando, dada a complexidade das demandas  
124 ambientais afetas a Bacia do Rio Araçuaí, no sentido de que seja aumentado o tempo e o  
125 número de reuniões do Comitê. A Conselheira Clea lembrou que na sua gestão à frente  
126 da Presidência do Comitê, esta reivindicação foi tentada, porém, sem sucesso, em razão  
127 de impedimentos e restrições alegadas pelos membros. O próximo item da Pauta tratou  
128 exclusivamente da Barragem do Setúbal, tendo em vista reiterados questionamentos das  
129 populações, atribuindo à Barragem, o comprometimento da qualidade ambiental das  
130 águas do Rio Setúbal a jusante da Barragem e, conseqüente comprometimento da  
131 qualidade ambiental do Rio Araçuaí. A fim de debater o tema foi convidado a participar  
132 da reunião do Comitê o servidor Júlio, da Divisão de Engenharia da SEAPA. O servidor  
133 iniciou sua fala criticando o Governo em razão de não haver políticas de Estado para  
134 aplicação de recursos na perenização de águas, cujos reservatórios realmente cumprirão  
135 sua função social, ou seja, não há planejamento estratégico para aplicação dos recursos.  
136 Detalhou quanto às características físicas do barramento, rotinas de monitoramento, em  
137 especial quanto à sua estabilidade e manutenção de cota padrão. Informou ainda quanto  
138 ao quadro de pessoal disponível para as diversas operações afetas ao funcionamento do  
139 barramento e do reservatório. Quanto à questão central, ou seja, o conflito instalado do  
140 comprometimento das águas do Rio Setúbal a jusante da Barragem, argumentou o técnico  
141 que o aspecto escurecido das águas, tanto no reservatório como do Rio a jusante, se deve  
142 ao tipo de argila que ocorre na área. Explicou que a argila é do tipo monolítica que  
143 associada as águas acidas do Rio, provocam uma reação físico química que impede sua  
144 decantação, ou seja, o aspecto escurecido se deve ao fato da argila carregada permanecer  
145 em suspensão. Argumentou também que a turbidez a jusante se deve também a extração  
146 intensiva de areia e pela ausência de vegetação ciliar ao longo das margens do Rio, tanto  
147 a montante, como a jusante. Afirmou, por fim, que mediante consultas junto a COPASA  
148 em Jenipapo de Minas, que a presença da argila em suspensão não é complicador para o  
149 adequado tratamento das águas. Neste momento tomou a palavra o Prefeito Municipal de

150 Jenipapo de Minas questionando o técnico da SEAPA se há alguma solução ou  
151 providência para reversão das características das águas, tanto do reservatório, como do  
152 Rio Setúbal a jusante, no sentido de promover a melhoria de sua qualidade. Argumentou  
153 o técnico, na sua opinião, que a única medida seria a promoção da alcalinização das águas  
154 do Rio, medida de difícil implementação e de custo impraticável. Argumentou ainda que  
155 a mitigação dos impactos passa necessariamente por uma mudança comportamental das  
156 populações em prol do meio ambiente, em especial, mediante a adoção de práticas que  
157 leve ao uso racional dos recursos naturais. Em seguida tomou a palavra a Presidente do  
158 Comitê sugerindo que, dada a complexidade do problema, seja criado um Grupo de  
159 Trabalho para discussões técnicas e de convergência para a implantação de medidas  
160 mitigadoras quanto aos impactos sobre a qualidade das águas do Rio Setúbal. Para tanto,  
161 provocou que o Grupo de Trabalho conte com a participação, no mínimo de  
162 representantes do CREA, UFVJM, Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas e da  
163 SEAPA. O último item de Pauta tratou da consolidação da Agenda de Reuniões do  
164 Comitê no ano de 2019. Porém, tendo em vista, naquele momento da reunião, a dispersão  
165 dos membros, a Presidente estabeleceu a Agenda somente para a 1ª Reunião em 2019,  
166 que ocorrerá nos dias 21 e 22/02 no Município de Felício dos Santos, com previsão da  
167 realização de uma visita técnica nas nascentes do Rio Araçuaí. Nada a mais a declarar eu  
168 Sílvia Henrique Cruz de Vilhena, Secretário Executivo, lavrei esta ATA que é assinada e  
169 aprovada por mim e demais conselheiros.

170  
171  
172  
173  
174  
175

**APROVAÇÃO DA ATA**



176  
177  
178  
179

Sra. Bruna de Souza Otoni  
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí.